

Inquérito Civil nº 06.2015.00007317-4

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio do Promotor de Justiça firmatário, no uso de suas atribuições legais e institucionais, com força no art. 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/00, além das demais disposições normativas correlatas, e o **MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 82.925.025/0001-60, com sede na Praça Del Comune, 126, Centro, no Município de Nova Trento/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, **Tiago Dalsasso**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO** nos autos do Inquérito Civil nº 06.2015.00007317-4, a teor do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da CF), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (art. 127, III, da CF e art. 81, I e II, da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – CDC) e individuais homogêneos (art. 127, IX da CF e art. 81, III e 82, do CDC);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição da República);

CONSIDERANDO que o art. 90, VI, "b" da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (Lei Complementar n. 738/2019), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica e aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

CONSIDERANDO que a competência para a deflagração de eventual ação civil pública é estabelecida pelo local do dano, nos termos do art. 2º, da Lei 7.347/85;

CONSIDERANDO que o parágrafo único do artigo 2º do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) equipara aos consumidores a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que intervêm nas relações de consumo;

CONSIDERANDO que o inciso I do artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) estabelece como direitos básicos dos consumidores a proteção da vida, da saúde e da segurança contra os riscos provocados por práticas nos fornecimentos de serviços perigosos ou nocivos;

CONSIDERANDO que a Lei n. 16.157/2013 dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa 001/DAT/CBMSC tem por finalidade padronizar os procedimentos e requisitos mínimos de segurança contra incêndio, pânico e desastres para os imóveis fiscalizados pelo CBMSC, estabelecendo Normas para a Segurança Contra Incêndios e Pânico (NSCI) no Estado de Santa Catarina, para a proteção de pessoas e seus bens;

CONSIDERANDO a ampliação do **Ginásio de Esportes Inácio Gullini** em desacordo com os itens de segurança exigidos;

CONSIDERANDO que pelo último relatório de Vistoria emitido pelo Corpo de Bombeiro restou constatado que remanesce a instalação do sistema hidráulico preventivo e o sistema de alarme e detecção de incêndio no **Ginásio de Esportes Inácio Gullini**;

RESOLVEM

Formalizar, neste instrumento, **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, mediante as seguintes cláusulas e respectivas sanções:

1. DO OBJETO

Cláusula Primeira: o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objetivo a regularização da reforma e ampliação do **Ginásio de Esportes Inácio Gullini**, com área total de 3.899,89m², sito à Rua dos Imigrantes, nº 350, Centro, no Município de Nova

Trento/SC, aos requisitos mínimos à segurança contra incêndio e pânico, conforme Lei Federal n. 13.425/17, Lei Estadual n. 16.157/13 e Decreto n. 1.957/13, com o intuito de resguardar a vida das pessoas e reduzir os danos ao meio ambiente e ao patrimônio.

2. DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

Cláusula Segunda: O **COMPROMISSÁRIO** assume a obrigação de fazer, consistente em apresentar ao Corpo de Bombeiro de São João Batista/SC projetos técnicos preventivos para a solução dos problemas de segurança referente ao sistema hidráulico preventivo (SHP) e ao sistema de alarme e detecção de incêndio (SADI);

Parágrafo Primeiro: o **COMPROMISSÁRIO** está ciente que deverá executar as obras referentes aos sistemas de segurança conforme projetos aprovados pelo Corpo de Bombeiros, impreterivelmente até o dia **30 de abril de 2022**;

Parágrafo Segundo: findo o prazo supramencionado, o **COMPROMISSÁRIO** se obriga a apresentar nesta Promotoria de Justiça o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro, atestando que o **Ginásio de Esportes Inácio Gullini** atende aos requisitos mínimos à segurança contra incêndio e pânico e o respectivo atestado de "habite-se".

Cláusula Terceira: o **COMPROMISSÁRIO** se obriga a não realizar qualquer espécie de evento que resulte na concentração ou trânsito de pessoas no **Ginásio de Esportes Inácio Gullini**, enquanto não concluída as obras referentes aos sistemas de segurança.

Cláusula Quarta: o **COMPROMISSÁRIO** se obriga a fixar cópia do presente termo de compromisso, em local visível, na porta de entrada do **Ginásio de Esportes Inácio Gullini**, em até 15 (quinze) dias contados da data da assinatura do presente termo, a fim de dar publicidade ao ajuste;

Parágrafo Único: a cópia deverá permanecer afixada até a execução integral das obras referentes aos sistemas de segurança.

Cláusula Quinta: o presente termo de ajuste de condutas não afasta a responsabilidade do **COMPROMISSÁRIO** caso ocorra algum sinistro durante a realização das obras e/ou pessoas frequentadoras de eventual evento.

3. DA FISCALIZAÇÃO

Cláusula Sexta: o **COMPROMITENTE** poderá fiscalizar a execução deste acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias e demais providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelo **COMPROMISSÁRIO** no prazo fixado na notificação ou requisição;

Parágrafo Primeiro: eventuais valores despendidos com o custeio de perícias a serem realizadas, se necessário, deverão ser ressarcidos ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados pelo **COMPROMISSÁRIO**.

4. DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Sétima: em caso de descumprimento injustificado de quaisquer das cláusulas do presente ajuste fica o **COMPROMISSÁRIO** obrigado ao pagamento de multa pecuniária no importe de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**, renovando-se a cada mês até cessar a inadimplência, **limitando-se ao valor máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, a ser revertida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina, mediante a expedição de boleto a ser retirado diretamente nesta Promotoria de Justiça;

Parágrafo Primeiro: o valor da multa deverá ser pago em parcela única, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do Prefeito Municipal para comparecimento na Promotoria.

Parágrafo Segundo: não sendo efetuado o depósito do valor da multa na data estabelecida, sua cobrança será realizada pelo Ministério Público, com atualização monetária e juros de 1% ao mês sobre o que deveria ser depositado;

Parágrafo Terceiro: além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará o protesto e a execução do presente Termo, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público;

Parágrafo Quarto: para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou qualquer outro documento equivalente comprovando o descumprimento/violação.

5. DA OBRIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Cláusula Oitava: o Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial relacionada ao ajustado contra o **COMPROMISSÁRIO**, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

6. EXECUÇÃO JUDICIAL DESTE TÍTULO

Cláusula Nona: a inexecução injustificada dos compromissos previstos nas cláusulas acima ou a continuidade de posturas ilícitas pelo **COMPROMISSÁRIO** facultará ao Ministério Público a imediata execução judicial do presente título, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, nos planos judicial ou extrajudicial.

7. REVISÃO E ADITIVO DESTE TERMO

Cláusula Décima: o **COMPROMITENTE** e o **COMPROMISSÁRIO**, desde que haja comum acordo, poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

8. POSSIBILIDADE DE PROTESTO:

Cláusula Décima Primeira: o presente título executivo comportará o protesto, nos termos legais regulamentares e para surtir todos os efeitos que lhe são próprios, com base na autorização do art. 28, V, do Ato n. 395/2018/PGJ.

9. FORO DE ELEIÇÃO:

Cláusula Décima Segunda: elegem as partes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de São João Batista/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos oriundos do presente TAC.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula Décima Terceira: o presente ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura.

Cláusula Décima Quarta: este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA

de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, as partes firmam o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

São João Batista, 7 de outubro de 2021.

Nilton Exterkoetter

Promotor de Justiça

Tiago Dalssasso
Prefeito Municipal
Compromissário

Leôncio Paulo Cypriani
OAB/SC nº 5.491